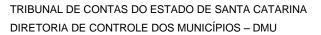




# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2014









# SUMÁRIO

IN	TRODUÇÃO	4
2.	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3.	ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
	3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
	3.2. Análise do resultado orçamentário	7
	3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4.	ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	. 15
,	4.1. Situação Patrimonial	15
,	4.2. Análise do resultado financeiro	16
,	4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	17
	4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	19
5.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	. 22
	5.1. Saúde	22
	5.2. Ensino	24
	5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	24
	5.2.2. FUNDEB	26
	5.2.3. Limite mínimo de 2% de gastos com a Educação Especial (Art. 212, inciso V da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 007/2002)	
	5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	30
	5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	30
	5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	31
	5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	32
6.	CONSELHOS MUNICIPAIS	. 33
	6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CAC FUNDEB)	
	6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	36
	6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	39
	6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	40
	6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	41





6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	42
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	43
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	. 44
8. RESTRIÇÕES APURADAS	. 48
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014	. 49
CONCLUSÃO	. 49
ANEXO	. 52
APÊNDICE	. 53



PROCESSO	PCP 15/00083337
UNIDADE	Município de <b>Ipumirim</b>
RESPONSÁVEL	Sr. Valdir Zanella - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2014
RELATÓRIO N°	1461/2015

# INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Ipumirim, relativas ao exercício de 2014.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2014 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Ipumirim, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 17/06/2015 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais



encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

# 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Colonizada por italianos no início do século XX, Ipumirim tornou-se município em 1963, quando se emancipou de Concórdia.

O Município de Ipumirim tem uma população estimada em 7.467<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 215.928.049,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 29.709,42, considerando uma população estimada em 2012 de 7.268 habitantes.

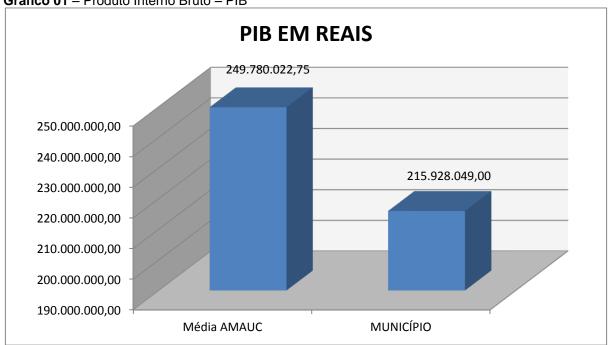


Gráfico 01 - Produto Interno Bruto - PIB

**Fonte:** IBGE – 2011

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2012



No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Ipumirim encontra-se na seguinte situação:

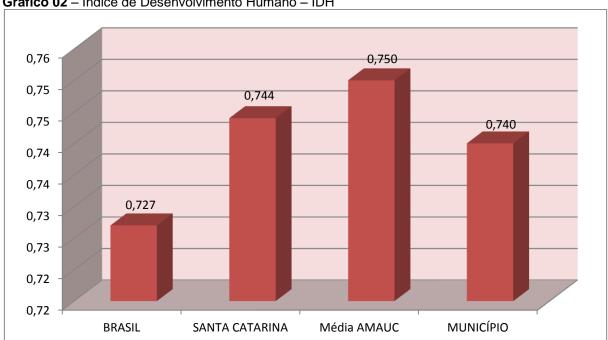


Gráfico 02 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Fonte: PNUD - 2010

# 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:





#### Quadro 01 - Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA	22.727.640,00
PPA 1726/13		10/09/2013	ESTIMADA	22.727.040,00
LDO	1725/13	10/09/2013	DESPESA	22.727.640,00
LOA	1729/13	10/09/2013	FIXADA	22.727.040,00

## 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 291.507,60**, correspondendo a **1,15%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 291.507,60, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 498.651,30 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 207.143,70.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 - Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) - 2014

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	22.727.640,00	25.249.610,99	111,10
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	29.181.286,60	24.958.103,39	85,53
Superávit de Execução Orçament	291.507,60		

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio e o resultado da execução orçamentária no montante de R\$ 25.524,01 refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

# 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Ipumirim nos últimos 5 anos:



Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2010-2014

	ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
	Receita realizada	14.827.619,29	19.348.111,24	18.755.398,25	20.738.979,29	25.249.610,99
2	Despesa executada	13.931.864,64	19.110.458,89	19.809.799,73	20.406.771,87	24.958.103,39
	QUOCIENTE	2010	2011	2012	2013	2014
F	Resultado Orçamentário (1÷2)	1,06	1,01	0,95	1,02	1,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

1,40 1,20 1,00 0,80 0,60 0,40 0,20 0,00 2010 2011 2013 2014 2012 Município ──Média AMAUC ■■ Média dos Municípios

Gráfico 03 - Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2010 - 2014

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

# 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 25.249.610,99**, equivalendo a **111,10%** da receita orçada.





As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 - Comparativo da Receita Orcamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2014

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	1.295.400,00	1.318.262,16	101,76
Receita de Contribuições	92.900,00	107.126,65	115,31
Receita Patrimonial	11.500,00	232.831,36	2.024,62
Receita de Serviços	19.500,00	74.898,09	384,09
Transferências Correntes	19.009.640,00	20.559.085,44	108,15
Outras Receitas Correntes	98.700,00	86.187,14	87,32
RECEITA CORRENTE	20.527.640,00	22.378.390,84	109,02
Operações de Crédito	2.200.000,00	-	-
Alienação de Bens	1	217.330,00	-
Transferências de Capital	-	2.653.890,15	-
RECEITA DE CAPITAL	2.200.000,00	2.871.220,15	130,51
TOTAL DA RECEITA	22.727.640,00	25.249.610,99	111,10

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 — Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2014

Serviços 0,30%
Patrimonial 0,92%

Tributária 5,22%

Transferência Corrente 81,42%

Alienação de Bens 0,86%
Outras Correntes 0,34%

Outras Correntes 0,34%

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.





O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **81,42%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como "esforço tributário". O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

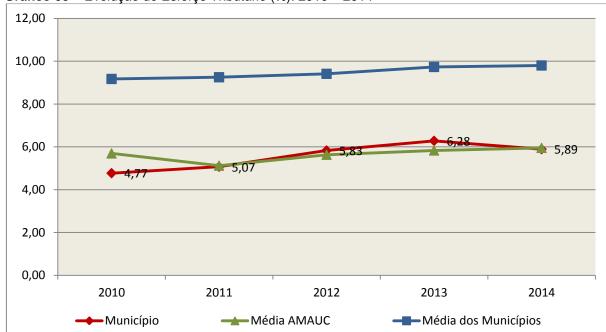


Gráfico 05 - Evolução do Esforço Tributário (%): 2010 - 2014

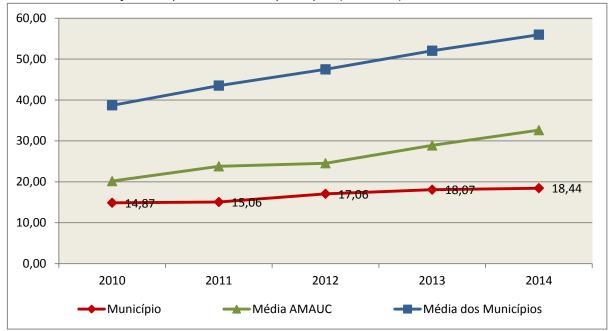
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.







Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

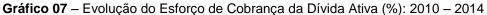
Quadro 05 - Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2014

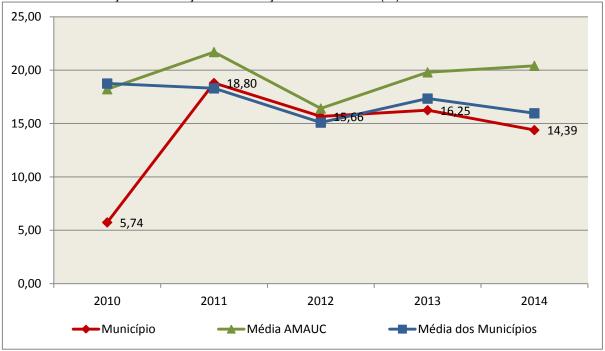
Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
243.006,16	45.596,07	50.634,03	0,00	34.979,38	0,00	304.256,88

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:







Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, temse a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	870.244,00	602.886,13	69,28
03-Essencial à Justiça	57.100,00	49.097,35	85,98
04-Administração	2.320.414,38	2.301.721,77	99,19
06-Segurança Pública	68.000,00	68.000,00	100,00
08-Assistência Social	275.948,39	211.142,65	76,52
10-Saúde	6.145.478,60	5.784.911,10	94,13
12-Educação	6.857.778,49	6.635.751,53	96,76
13-Cultura	164.173,90	155.874,92	94,95
15-Urbanismo	5.365.559,50	2.350.895,76	43,81
18-Gestão Ambiental	23.498,06	23.498,00	100,00
20-Agricultura	1.934.900,00	1.817.137,56	93,91
23-Comércio e Serviços	112.000,00	111.602,70	99,65
26-Transporte	3.225.311,89	3.181.474,95	98,64
27-Desporto e Lazer	373.747,50	373.062,04	99,82
28-Encargos Especiais	1.316.564,84	1.291.046,93	98,06



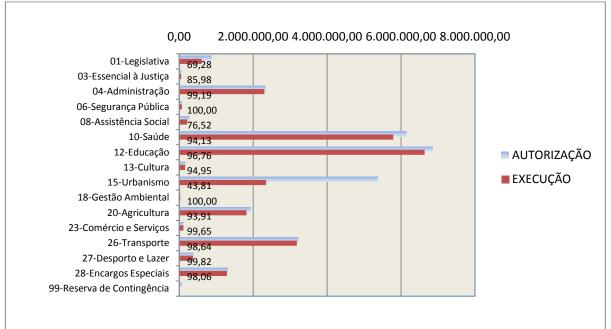
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
99-Reserva de Contingência	70.567,05	ı	1
TOTAL DA DESPESA	29.181.286,60	24.958.103,39	85,53

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2014



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2010 – 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
01-Legislativa	466.264,45	532.304,74	508.818,07	590.220,05	602.886,13
03-Essencial à Justiça	34.855,01	30.694,07	43.661,39	48.445,24	49.097,35
04-Administração	1.497.487,47	1.782.268,57	2.009.920,79	2.150.083,25	2.301.721,77





DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
06-Segurança Pública	48.000,00	48.000,00	48.000,00	53.000,00	68.000,00
08-Assistência Social	692.925,36	572.308,04	684.861,43	824.389,34	211.142,65
10-Saúde	3.404.983,24	4.573.387,32	5.246.303,78	5.515.439,11	5.784.911,10
12-Educação	3.243.289,06	4.210.840,73	4.673.029,27	5.259.681,70	6.635.751,53
13-Cultura	92.464,06	100.854,57	74.986,28	65.394,78	155.874,92
15-Urbanismo	742.640,59	1.293.819,23	1.472.740,75	1.058.377,99	2.350.895,76
16-Habitação	20.008,70	9.261,75	-	-	-
18-Gestão Ambiental	15.780,73	20.300,00	45.757,92	37.740,44	23.498,00
20-Agricultura	1.053.651,85	1.548.232,43	1.227.667,37	1.136.898,38	1.817.137,56
23-Comércio e Serviços	29.672,06	168.801,29	225.000,00	62.355,16	111.602,70
26-Transporte	1.395.511,38	2.930.971,22	2.061.747,47	2.035.379,53	3.181.474,95
27-Desporto e Lazer	291.493,00	346.773,50	352.235,81	345.337,76	373.062,04
28-Encargos Especiais	902.837,68	941.641,43	1.132.369,40	1.226.729,14	1.291.046,93
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	13.931.864,64	19.110.458,89	19.807.099,73	20.409.471,87	24.958.103,39

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2014

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	137.688,43	0,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	587.769,48	2,94
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	380.296,57	1,90
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	152.853,00	0,76
Cota do ICMS	11.810.515,91	59,09
Cota-Parte do IPVA	768.301,30	3,84
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	182.390,18	0,91
Cota-Parte do FPM	5.904.511,33	29,54
Cota do ITR	4.903,25	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	50.081,52	0,25
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	7.271,71	0,04
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.616,52	0,01
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	19.988.199,20	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.





O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 - Apuração da Receita Corrente Líquida: 2014

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	26.071.379,23
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	3.692.988,39
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.378.390,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

# 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 - Balanco Patrimonial do Município de Ipumirim (em Reais): 2013 - 2014

ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
Financeiro	1.788.448,33	2.768.351,88	Financeiro	523.443,78	1.186.315,72
Disponível	1.788.448,33	2.768.351,88	Depósitos	11.631,33	23.420,19
Bancos Conta Movimento	975.414,25	2.032.673,52	Consignações	88,00	9.609,29
Bancos Conta Vinculada	813.034,08	735.678,36	Depósitos de Diversas Origens	11.543,33	13.810,90
			Restos a Pagar	511.812,45	1.162.895,53
			Obrigações a Pagar	511.812,45	1.162.895,53
Permanente	14.614.064,17	20.391.370,65	Permanente	708.143,33	449.121,05
Créditos	13.402,54	16.812,54	Dívida Fundada	583.333,40	333.333,44
Devedores - Entidades e	13.402,54	16.812,54	Débitos Consolidados	124.809,93	115.787,61
Agentes			Dívidas Renegociadas	9.022,32	-





ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
Dívida Ativa	243.006,16	304.256,88	Obrigações Legais e Tributarias	115.787,61	115.787,61
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	24.788,96	-			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	379.083,96	426.687,49	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa a Longo Prazo	160.866,76	122.430,61	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo	2.768,52	2.768,52			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.768,52	2.768,52			
Imobilizado	14.354.886,95	20.067.532,71			
Bens Móveis e Imóveis	14.354.886,95	24.955.666,53			
Bens Imóveis	4.955.121,70	15.007.581,28			
Bens Móveis	9.399.765,25	9.948.085,25			
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-	4.888.133,82			
ATIVO REAL	16.402.512,50	23.159.722,53	PASSIVO REAL	1.231.587,11	1.635.436,77
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	15.170.925,39	21.524.285,76
			Ativo Real Líquido	15.170.925,39	21.524.285,76
TOTAL	16.402.512,50	23.159.722,53	TOTAL	16.402.512,50	23.159.722,53

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

#### 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.582.036,16** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,43** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$** 317.031,61 passando de um Superávit de **R\$** 1.265.004,55 para um Superávit de **R\$** 1.582.036,16.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de R\$ 1.449.553,32.



Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2013 - 2014

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	1.788.448,33	2.768.351,88	979.903,55
Passivo Financeiro	523.443,78	1.186.315,72	662.871,94
Saldo Patrimonial Financeiro	1.265.004,55	1.582.036,16	317.031,61

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

# 4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

- a) FR Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;
- b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2014, segregados por especificações de fontes de recursos;
- c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o





confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Ipumirim, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

Quadro 11-A - Apuração do Resultado Financeiro (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	Superávit /
TOME BE RESCRISES	/ INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Déficit
RECURSOS VINCULADOS	TIMANOLINA	
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	376,43	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.466,83	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 2.683,00	11.076,52	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 8.393,52		·
22 - Transferências de Convênios - Educação		Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	89.539,93	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.096,77	Superávit
43 - Outras Especificações	0,00	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	22.413,59	
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC		Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	2.552,22	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.221,72	Superávit
53 - Transferências de Convênios – Assistência Social	15.315,81	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	10.705,05	
58 - Salário Educação	245.335,30	
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	984,52	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	15.525,10	Superávit
63 - Bolsa Família	19.771,72	Superávit
64 - Atenção Básica	65.162,54	
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		Superávit
66 - Vigilância em Saúde	51.279,60	
67 - Assistência Farmacêutica Básica		Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	41.785,34	Superávit





FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
DECLIDENC ORDINÁRIOS		
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	917.987,19	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	14.377,30	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	23.676,68	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	956.041,17	Superávit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

## 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2010 – 2014

ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Despesa Executada	13.931.864,64	19.110.458,89	19.807.099,73	20.409.471,87	24.958.103,39
2 Restos a Pagar	536.251,19	614.602,20	213.365,22	511.812,45	1.162.895,53
3 Ativo Financeiro Ajustado	2.261.315,32	2.597.070,78	1.155.755,47	1.788.448,33	2.768.351,88
4 Passivo Financeiro Ajustado	537.969,99	621.312,35	225.599,52	523.443,78	1.186.315,72
5 Ativo Real	13.243.032,21	15.341.334,05	15.287.086,50	16.402.512,50	23.159.722,53
6 Passivo Real	929.801,75	1.799.445,05	1.191.991,08	1.231.587,11	1.635.436,77
QUOCIENTES	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Patrimonial (5÷6)	14,24	8,53	12,82	13,32	14,16
Situação Financeira (3÷4)	4,20	4,18	5,12	3,42	2,33
Restos a Pagar (2÷1)*100	3,85	3,22	1,08	2,51	4,66

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

<sup>\*</sup> As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Ipumirim foram consideradas como recursos vinculados.





Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

40,00 35,00 30,00 25,00 20,00 15,00 14,16 10,00 5,00 0,00 2010 2011 2012 2014 2013 -Média AMAUC -Município ■ Média dos Municípios

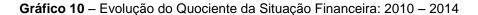
Gráfico 09 - Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2010 - 2014

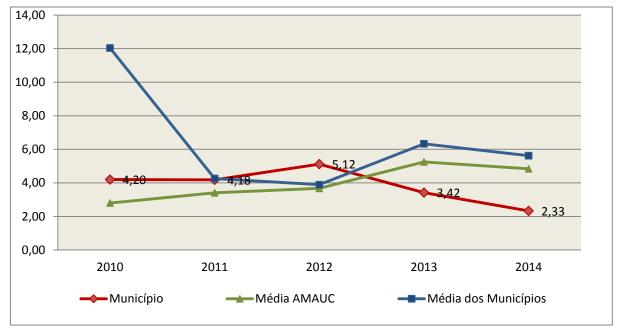
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2014 o Ativo Real apresenta-se **14,16** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.





Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2014 o Ativo Financeiro representa **2,33** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Ipumirim é demonstrada no gráfico a seguir:

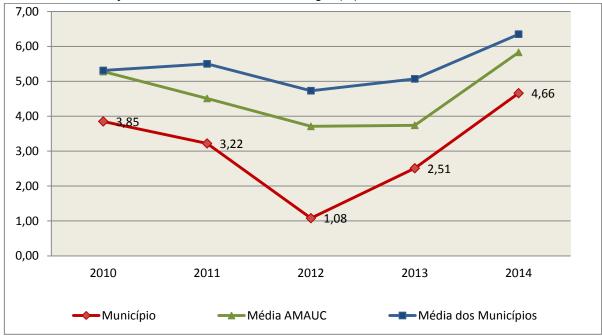


Gráfico 11 - Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2010 - 2014

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,66%** da despesa orçamentária do exercício.

# 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

#### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2014 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.467.500,36** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **22,35**% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.469.270,48**, representando **7,35**% do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.





A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 - Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	19.988.199,20	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.784.911,10	28,94
Atenção Básica	3.781.967,61	18,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.816.762,20	9,09
Suporte Profilático e Terapêutico	47.421,88	0,24
Vigilância Sanitária	95.552,88	0,48
Vigilância Epidemiológica	43.206,53	0,22
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.317.410,74	6,59
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	4.467.500,36	22,35
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.998.229,88	15,00
Valor Acima do Limite	1.469.270,48	7,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

<sup>\*</sup>Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.



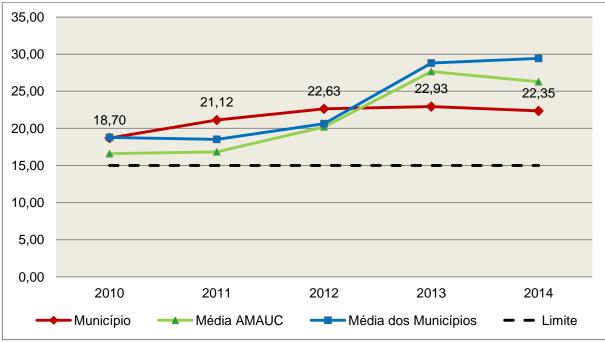


Gráfico 12 - Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2010 - 2014

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipumirim em 2014 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

#### 5.2. Ensino

# 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2014) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 5.064.471,50** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,34**% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 67.421,70**, representando **0,34**% do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:



Quadro 14 - Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	19.988.199,20	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	1.252.568,95	6,27
Educação Infantil	1.252.568,95	6,27
Valor Aplicado Ensino Fundamental	4.817.421,42	24,10
Ensino Fundamental	4.817.421,42	24,10
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.464.191,86	7,33
(+) Perda com FUNDEB	498.741,94	2,50
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	40.068,95	0,20
Total das Despesas para efeito de Cálculo	5.064.471,50	25,34
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.997.049,80	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	67.421,70	0,34

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

35,00 30,00 25.39 25,34 25,05 25,00 20,00 15,00 10,00 5,00 0,00 2010 2011 2012 2013 2014 Média AMAUC Município Média dos Municípios - Limite

Gráfico 13 - Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2010 - 2014

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipumirim em 2014 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

<sup>\*</sup>Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.



#### **5.2.2. FUNDEB**

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.469.948,92**, equivalendo a **76,37%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

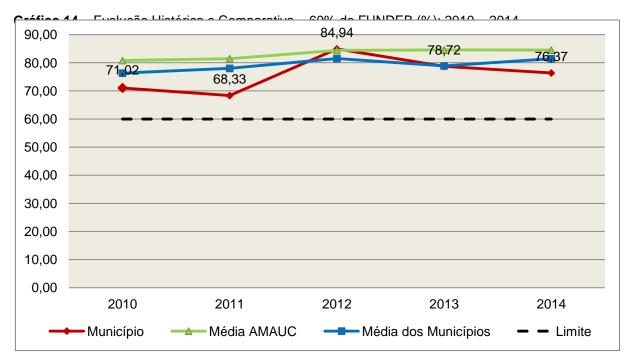
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	3.194.246,45
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	40.068,95
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	3.234.315,40
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.940.589,24
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	2.469.948,92
Valor Acima do Limite	529.359,68

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:





Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 3.223.238,88**, equivalendo a **99,66%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 - Apuração das Despesas com FUNDEB: 2014

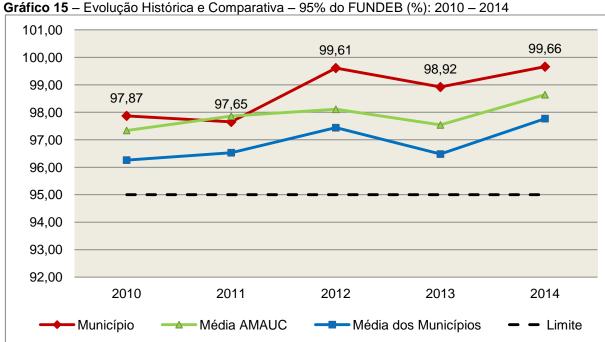
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	3.234.315,40
95% dos Recursos do FUNDEB	3.072.599,63
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	3.223.238,88
Valor Acima do Limite	150.639,25

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.



O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Ipumirim ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1° trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 32.541,60**, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2° da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2014: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:



**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	102.395,59
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	91.319,07
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	11.076,52

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

# 5.2.3. Limite mínimo de 2% de gastos com a Educação Especial (Art. 212, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 007/2002)

**Limite**: mínimo de 2% (dois por cento) em gastos com a Educação Especial, do montante dos recursos de que trata o artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica (2% sobre o valor mínimo apurado que o Município deverá aplicar com Ensino de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal).

A apuração das despesas com a Educação Especial pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro - Apuração das Despesas com a Educação Especial: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	19.988.199,20	100,00
25% da Receita de Impostos	4.563.914,27	25,00
Valor aplicado na Educação Especial (12.367)	0,00	0,18
Valor Mínimo a ser Aplicado (2%)	99.941,00	2,00
Valor abaixo do Limite	99.941,00	1,82

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Apurou-se que o Município não realizou despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Especial, cuja aplicação deveria corresponder a 2% sobre os 25% da receita provenientes de impostos, compreendida a proveniente de transferências (R\$ 19.988.199,20), quando o percentual previsto na Lei Orgânica do Município de 2,00% representaria gastos da ordem de R\$ 99.941,00, configurando, portanto, aplicação a menor de R\$ 99.941,00 ou 2,00%, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica do Município com redação dada pela Emenda nº 007/2002 (vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório).





## 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

## 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 - Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.378.390,84	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.427.034,50	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	11.056.434,19	49,41
Pessoal e Encargos	11.056.434,19	49,41
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	449.359,32	2,01
Pessoal e Encargos	449.359,32	2,01
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	11.505.793,51	51,41
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.921.240,99	8,59

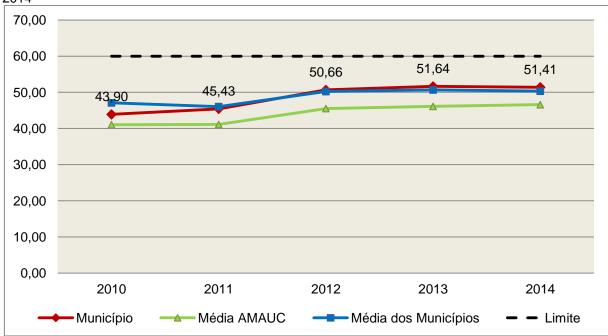
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **51,41%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:



**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Ipumirim, quando comparado ao exercício anterior.

# 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 - Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

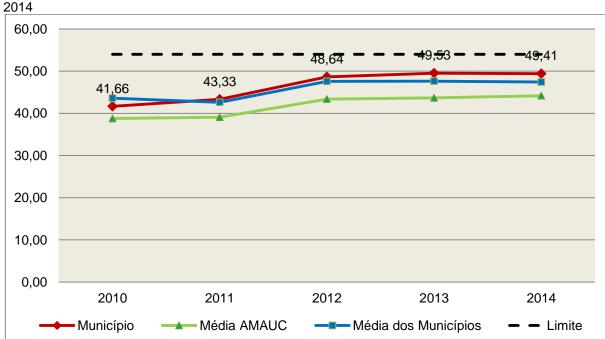
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.378.390,84	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.084.331,05	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	11.056.434,19	49,41
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	11.056.434,19	49,41
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.027.896,86	4,59

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.



O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **49,41%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:



**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

# 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



Quadro 19 - Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2014

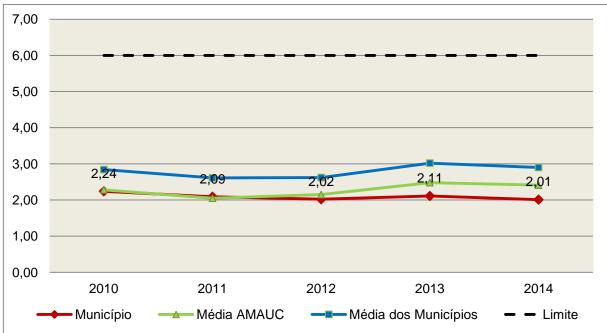
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.378.390,84	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.342.703,45	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	449.359,32	2,01
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	449.359,32	2,01
Valor Abaixo do Limite (6%)	893.344,13	3,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,01%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.





#### 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Diretitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;
- d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;
- f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

# 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.





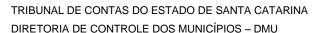
Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

- Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.
- § 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

- IV em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:
- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnicoadministrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- § 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.







Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS:

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26





- II elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;
- IV atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- V definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
- VI anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;
- VII estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;
- VIII proceder à revisão periódica dos planos de saúde;
- IX deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;
- X avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;
- XI avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;
- XII acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;
- XIII aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;
- XIV propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;





XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos:

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;





XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos:

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

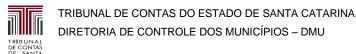
# 6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve





ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

# 6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos diretos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto





no art.4°, caput e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d" combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Ipumirim, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 22.282,00) representa 0,12% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 18.570.306,16).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 160 a 197, verifica-se que:

- A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 177 e 178;
- 2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;
- 3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;
- 4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Departamento de Assistência Social e Habitação, conforme fl. 179.

# 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.





Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

### 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

- Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:
- I 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
- II 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;
- III 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;
- IV 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.
- $\S$  1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.
- $\S~2^{\circ}$  Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.
- $\S\ 3^{\underline{o}}$  Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.
- $\S 4^{\circ}$  A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.





- §  $5^{\circ}$  O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.
- $\S$   $6^{\circ}$  Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

#### Art. 19. Compete ao CAE:

- I acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art.  $2^{\circ}$  desta Lei;
- II acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- III zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- IV receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

# 6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.





Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art.  $7^{\circ}$  Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na <u>Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994</u>, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipumirim**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º,§ 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

# 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:





Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

 II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I-1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo."

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n° 101/2000 alterado pela Lei Complementar n° 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal n° 7.185/2010, que em seu artigo 1° assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2° O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais





dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2° Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subseqüente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4° Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; eIII - [...]

Art. 7° Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

- I quanto à despesa:
- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;





- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Ipumirim**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20 –** Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

7.185/2010	
I – QUANTO A FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2°, § 1°, do Decreto Federal n° 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2°, § 2°, II, do Decreto Federal n° 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2°, § 2°, III, do Decreto Federal n° 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4°, II, do Decreto Federal n° 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	I – QUANTO AO CONTEÚDO								
DESPESA									
(art. 48-A, I, da Lei Complementar n° 101/2000 e art. 7°, I, do Decre	eto Federal n° 7.185/2010)								
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU								
b) o número do empenho	CUMPRIU								
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade	CUMPRIU								
orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte									
dos recursos que financiaram o gasto									
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive	CUMPRIU								
nos desembolsos de operações independentes da execução									
orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e									
de benefícios previdenciários									
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa	CUMPRIU								
ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do									
correspondente processo									
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU								





RECEITA  (art. 48-A, II, da Lei Complementar n° 101/2000 e art. 7°, II, do Decreto Federal n° 7.185/2010)						
a) previsão	CUMPRIU					
b) lançamento	DESCUMPRIU					
c) arrecadação	CUMPRIU					

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 26/11/2014 (fls. 220).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

# 8. RESTRIÇÕES APURADAS

- 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
- 8.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7°, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.1.2 Não houve realização de Despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Especial, caracterizando o DESCUMPRIMENTO ao disposto no artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica do Município com redação dada pela Emenda nº 07/2002, que determina a aplicação correspondente a 2% sobre os 25% da receita provenientes de impostos, compreendida a proveniente de transferências (R\$ 19.988.199,20), quando o percentual previsto na Lei Orgânica de 2,00% representaria gastos da ordem de R\$ 99.941,00, configurando, portanto, aplicação a menor de R\$ 99.941,00 ou 2,00%.(Item 5.2.3, deste Relatório).





#### 8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º,§ 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

### 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014

Quadro 21 - Síntese

1) Balanço Anual		posição financeira, orçamentária e							
Consolidado	, · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	divergências relevantes entre as							
	peças que o compõem.								
2) Resultado Orçamentário	Superávit R\$ 291.507,60								
3) Resultado Financeiro	Superávit R\$ 1.582.036,16								
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO REALIZADO								
4.1) Saúde	15,00% 22,35%								
4.2) Ensino	25,00%	25,34%							
4.3) FUNDEB	60,00%	76,37%							
4.3) FUNDED	95,00%	99,66%							
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO							
a) Município	60,00%	51,41%							
b) Poder Executivo	54,00% 49,41%								
c) Poder Legislativo	6,00% 2,01%								
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU								

#### **CONCLUSÃO**

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;





Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2014 do Município de Ipumirim**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens **8.1** e **8.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

- I RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;
- II **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 Do Cumprimento da Lei Complementar n° 131/2009 e do Decreto Federal n° 7.185/2010:
- III **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório, DMU/Divisão 8, em 22/06/2015.

OLDAIR SCHROEDER

Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo Em 22/06/2015.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito





Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

# Kliwer Schmitt Diretor Diretoria de Controle dos Municípios



#### **ANEXO**

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.306.790,29
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.620,45
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.317.410,74

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	9.706,86
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	40.066,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.186.101,45
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	227.710,21
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	607,34
Total das deduções das despesas com Educação Básica	1.464.191,86

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	3.194.246,45
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	40.068,95
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	102.395,59
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	91.319,07
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2014	3.223.238,88

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.





# **APÊNDICE**

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2014	301	13.908,87	13.908,87	13.908,87
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2014	301	28.581,35	28.581,35	28.581,35
64 - Atenção Básica	2014	301	1.082.273,88	1.082.273,88	1.082.273,88
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2014	302	97.934,59	97.934,59	73.920,60
66 - Vigilância em Saúde	2014	301	1.298,00	1.298,00	1.298,00
66 - Vigilância em Saúde	2014	304	2.505,45	2.505,45	2.505,45
66 - Vigilância em Saúde	2014	305	12.731,19	12.511,19	12.511,19
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2014	301	67.556,96	63.525,24	58.866,68
TOTAL			1.306.790,29	1.302.538,57	1.273.866,02

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub	N°	Data	Credor	Valor	Valor	Valor	Histórico
		Função	Empenho	Empenho		Empenho (R\$)	Liquidação (R\$)	Pagamento (R\$)	
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	255	21/02/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO	3.012,00	3.012,00	3.012,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	451	24/03/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO	2.184,45	2.184,45	2.184,45	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	580	17/04/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO	1.356,00	1.356,00	1.356,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	788	22/05/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO ESTADO	1.352,00	1.352,00	1.352,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	832	27/05/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO	4,00	4,00	4,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
Fundo Municipal de Saúde de Ipumirim	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	968	24/06/2014	CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO ESTADO	1.356,00	1.356,00	1.356,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE





Unidade	Fonte de Recurso	Sub	N°	Data	Credor	Valor	Valor	Valor	Histórico
		Função	Empenho	Empenho		Empenho	Liquidação	Pagamento	
						(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Fundo Municipal de	02 - Receitas de	301	1219	25/07/2014	CIEE-CENTRO D	1.356,00	1.356,00	1.356,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A
Saúde de Ipumirim	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA				ESTAGIARIO, CONVENIO FIRMANDO
	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE
TOTAL						10.620,45	10.620,45	10.620,45	

#### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	365	9.706,86	9.706,86	9.706,86
TOTAIS			9.706,86	9.706,86	9.706,86

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	N° Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2648	07/07/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	9.699,03	0,00	0,00	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1056/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2650	07/07/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	30.366,97	30.366,97	30.366,97	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1389/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA.
TOTAL		•				40.066,00	30.366,97	30.366,97	

#### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	361	959.560,62	615.092,64	615.092,64
58 - Salário Educação	2014	361	154.378,69	154.378,69	154.378,69





Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	361	72.162,14	72.162,14	72.162,14
TOTAL			1.186.101,45	841.633,47	841.633,47

# Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	N° Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	795	06/03/2014	Dimenzo Engenharia Ltda.	17.776,21	17.776,21	17.776,21	REFERENTE A TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2012, DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL + MÃO-DE-OBRA)PARA 1ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE, CONFORME CONTRATO 14/2014.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2647	07/07/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	148.634,30	66.666,66	66.666,66	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1056/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2651	07/07/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	11.239,69	11.239,69	11.239,69	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1389/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4547	18/11/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	25.060,01	25.060,01	25.060,01	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1389/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4584	19/11/2014	CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP	25.000,00	0,00	0,00	PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES, EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE IPUMIRIM, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 1389/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A SDR SEARA REFERENTE AO PRIMEIRO ADITAMENTO DE VALOR PARA EXECUÇÃO DA OBRA CONTRATADA TENDO EM VISTA A COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E FACE DA NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS E PASSEIOS NO ENTORNO DO GINÁSIO.
TOTAL						227.710,21	120.742,57	120.742,57	





# Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

	D	ISPONIBILIDAD	E DE CAIXA BRU	JTA	OBRI	GAÇÕES FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE					
FR	VALOR	AJU:	STES	VALOR AJUSTADO	Depósitos e Restos a Pagar		Restos a	DE CAIXA LÍQUIDA /	Superávit /			
	REGISTRADO	Aumenta	Diminui	(A)	Outras	Processados	Pagar Não	INSUFICIÊNCIA	Déficit			
	DECLIDEDS VINCLII	ADOS		( )	Obrigações		Processados	FINANCEIRA (A - B)				
	RECURSOS VINCULADOS           0         640.00         0.00         640.00         0.00         640.00											
12	376.43	0,00	0.00	376.43	0,00	0.00	0.00	0,00 376.43	Superávit Superávit			
16	2.466.83	0,00	0.00	2.466,83	0,00	0,00	0,00	2.466,83	Superavit			
17	2.400,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
18	27.612,54	0,00	0,00	27.612,54	5.029,54	0,00		0,00	Superávit			
19	74.783,05	0,00	0,00	74.783,05	2.031,67	0,00	19.900,00 64.357,86	11.076,52	Superávit			
22	353.676,03	0,00	0,00	353.676,03	0,00	0,00		9.208,05	Cuparávit			
23		0,00	0,00		0,00	0,00	344.467,98	89.539,93	Superávit Superávit			
24	89.539,93 127.487,00	0,00	0,00	89.539,93 127.487.00	0.00	0,00	0,00 122.390,23	5.096,77	Superavit			
43	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superavit			
43	22.413,59	0,00	0.00	22.413,59	0,00	0.00	0,00	22.413,59	Superavit			
48	457.26	0,00	0,00	457,26	0,00	0,00	0,00	457,26				
49	2.552,22	0,00	0,00	2.552.22	0.00	0,00	0,00	2.552,22	Superávit Superávit			
52	5.221.72	0,00	0,00	5.221.72	0,00	0,00	0,00	5.221.72	Superavit			
53	15.315,81	0,00	0.00	15.315,81	0,00	0,00	0,00	15.315,81	Superavit			
56	24.416,66	0,00	0.00	24.416,66	13.711,61	0,00	0,00	10.705,05	Superavit			
58	245.335,30	0,00	0.00	245.335,30	0.00	0,00	0,00	245.335.30	Superavit			
60	7.473,32	0,00	0.00	7.473,32	0,00	2.235,95	1.659,70	3.577,67	Superavit			
61	984,52	0,00	0,00	984,52	0,00	0,00	0,00	984,52	Superavit			
62	15.525,10	0,00	0.00	15.525,10	0,00	0,00	0,00	15.525,10	Superavit			
63	19.771,72	0,00	0,00	19.771,72	0,00	0,00	0,00	19.771.72	Superavit			
64	65.162,54	0,00	0,00	65.162,54	0,00	0.00	0,00	65.162,54	Superavit			
65	26.549,59	0,00	0.00	26.549,59	0,00	24.013,99	0.00	2.535.60	Superavit			
66	51.499,60	0,00	0.00	51.499,60	0,00	0.00	220.00	51.279.60	Superavit			
67	14.297,70	0,00	0,00	14.297,70	0,00	4.658,56	4.031.72	51.279,60	Superavit			
89	41.785,34	0.00	0.00	41.785,34	0,00	0,00	0.00	41.785,34				
09	41.700,34	0,00	0,00	41.700,34	0,00	0,00	0,00	41.700,34	Superavit			
	RECURSOS ORDINÁRIOS											
0	1.070.890,36	0,00	0,00	1.070.890,36	1.384,24	36.389,06	115.129,87	917.987,19				
1	310.541,40	0,00	0,00	310.541,40	1.263,13	16.560,59	278.340,38	14.377,30				
2	151.576,32	0,00	0,00	151.576,32	0,00	84.505,76	43.393,88	23.676,68				
T.	1.533.008,08	0,00	0,00	1.533.008,08	2.647,37	137.455,41	436.864,13	956.041,17	Superávit			